



Organização Regional de Vila Real

Conferência de Imprensa – 20 de Junho/16

Situação Política e Social

Continuamos a viver um momento de recrudescimento de grandes pressões, chantagem e ameaças vindas de Bruxelas sobre o País, pelas opções tomadas e por uma visível retoma da ofensiva revanchista, dos partidos derrotados em 4 de Outubro que querem o regresso ao passado.

Uns e outros afinados na sua acção pelos interesses do grande capital, hegemonizado pela Alemanha. Todos concertados em inviabilizar e fazer retroceder a política de reposição de direitos e rendimentos a favor dos trabalhadores e do povo que se vem afirmando e concretizando nesta nova fase da vida nacional.

É neste ambiente que o nosso PR, se deslocou à Alemanha, para pedir ao 1º Ministro deste país para não multar Portugal. É um grave exemplo de submissão.

Nesta acção orientada por sentimentos da desforra, assistimos o PSD e o CDS, com o descaramento de quem se considera sem culpas, a fazerem balanços catastróficos a estes primeiros meses da nova fase da vida nacional, em resultado, dizem, de uma política que devolveu feriados, devolveu salários e rendimentos, pôs um travão à sua reforma do IRC a favor do grande capital, e cometeu, na versão PSD, outros pecados, de entre os quais está a reposição do horário das 35 horas! É preciso ter atrevimento, para virem dizer, que o País está agora pior do que quando a sua coligação governava. Convém não esquecer o que significou a governação anterior em relação a regressão que promoveram do PIB nacional que colocou o País em termos de produção de riqueza ao nível do princípio do século, com o desemprego a quase duplicar nos 4 anos. O corte arrasador no investimento que colocou o País ao nível do final dos anos oitenta do século passado. Mais de 600 mil portugueses empurrados para a pobreza em 4 anos e na degradação das condições de vida foi um retrocesso de muitos anos!

Era bom que olhassem para a grave situação que deixaram um sector produtivo gravemente debilitado – agricultura, agro-indústria e outra indústria transformadora, mas igualmente no crescimento da emigração, no acentuar do fenómeno do despovoamento. Na degradação dos serviços públicos, particularmente evidente na ofensiva contra o SNS, com o encerramento de serviços que provocaram concentração e desvalorização da rede e dificultou o acesso das populações aos cuidados de saúde.

Igualmente na educação, com o ataque que promoveram à Escola Pública, aprofundando uma desastrosa orientação de sucessivos governos de ausência de uma política de alargamento da rede pública de ensino, conjugada com o encerramento de milhares de

escolas, mais de 300 aqui no distrito, e que serviu de pretexto ao governo do PSD/CDS para dar passos significativos na privatização da Escola Pública.

Foi essa política que levou a que o Estado recorresse aos contractos de associação com estabelecimentos de ensino privado e cooperativo, assumindo estes um carácter complementar de garantia do direito à educação onde não existia resposta pública.

O que tem sido feito nestes anos vai à revelia do quadro legal, que permitiu desviar alunos da Escola Pública para colégios privados, criando expectativas nos trabalhadores, alunos e pais, relativamente à continuidade do ensino privado financiado pelo Estado, que este não pode, nem deve assumir. Hoje, alguns desses interesses privados exploram esta situação insustentável de o Estado pagar colégios privados onde existe ensino público, e vão ao ponto de instrumentalizar crianças em acções de protesto, deveriam ter vergonha.

São os mesmos - PSD e CDS - que sistematicamente se opuseram ao crescimento do investimento público que celebraram contractos de associação com escolas privadas, na maioria dos casos com disponibilidade da Escola Pública, com gastos superiores em 25.000 euros por turma em relação aos da Escola Pública.

O cinismo com que PSD e CDS, falam de despedimentos de professores nas escolas com contractos de associação, fica bem patente na sua política de encerramentos de escolas e cortes de mais de 3 mil milhões de euros nos últimos quatro anos na educação e que teve, entre outras consequências, o despedimento de 28 000 professores! Onde estavam e o que disseram ou calaram perante esse maior despedimento colectivo de professores de que há memória?

É bom que se diga que a existência de escolas privadas não está posta em causa, os seus donos mantêm o direito de as constituir e não está impedida a possibilidade de os cidadãos, que por elas queiram optar, o possam fazer pagando os respectivos custos, o que não deve acontecer é essas escolas e os grupos económicos que as controlam serem subsidiados pelo erário público, tendo como consequências o desinvestimento, a degradação da rede pública.

Como garantia do acesso de todos ao ensino, defendemos que se deve manter a possibilidade de celebrar contractos de associação com escolas privadas e do sector cooperativo, de acordo com as regras definidas em regiões onde a escola pública não tem condições de acolher esses alunos, com rigorosa verificação dos contractos assinados e da exigência da aplicação das mesmas condições de trabalho aos professores que trabalham nessas escolas.

Daqui saudamos os Milhares de pessoas, que se manifestaram no passado sábado, em defesa da Escola Pública, gratuita e de qualidade!

Apresentámos na AR, um conjunto de propostas legislativas que vão da criação de um Plano Nacional de Combate à Precariedade Laboral para pôr fim à contratação ilegal, à falsa prestação de serviços, ao abuso de contractos a prazo e de trabalho temporário e a tempo parcial, igualmente às discriminações salariais, mas também ao combate à desregulação dos horários de trabalho desregulados que assumem as mais diversas formas como a da

“adaptabilidade horária”, o “banco de horas” ou a fórmula de “horários concentrados” que mais não visam que aumentar o horário, através de trabalho não remunerado; à reposição do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, à eliminação da caducidade dos contractos colectivos de trabalho, à iniciativa legislativa de consagração as 35 horas como jornada semanal de trabalho para todos os trabalhadores.

Propostas também para inverter o rumo de desvalorização dos rendimentos do trabalho e da drástica redução do seu poder compra. Por isso nos temos batido, nesta nova fase, não apenas pela imediata reposição de todos os salários, mas igualmente pela subida imediata do salário mínimo nacional para os 600 euros.

Estas iniciativas e propostas são respostas que consubstanciam uma verdadeira política alternativa à política de direita.

Estes primeiros meses da nova fase da situação política nacional, revelam quanto importante foi a iniciativa do PCP para encontrar a solução que permitisse travar o rumo de empobrecimento e de exploração que vinha sendo imposto aos portugueses e dar os primeiros passos para resolver problemas

Hoje são já sentidas as vantagens que resultam dessa nossa iniciativa que conduziu à “Posição conjunta do PS e do PCP sobre solução política”.

Sabemos que os resultados ainda estão aquém do que é necessário e era possível, mas não devemos subestimar, nem desprezar os avanços já conseguidos.

No seu conjunto é já grande a lista de medidas positivas que têm sido tomadas nesta nova fase, como são a eliminação dos cortes salariais na Administração Pública; o aumento do salário mínimo nacional; a redução de taxas moderadoras; o reforço das prestações sociais, com o aumento dos abonos de família, Complemento Solidário para Idosos e Rendimento Social de Inserção e o descongelamento das pensões; a alteração do regime de protecção de invalidez; eliminação da sobretaxa do IRS sobre os trabalhadores em geral; a baixa do IVA da restauração para 13%; a medida de apoio extraordinário a desempregados de longa duração; mas igualmente a redução da taxa máxima do IMI, desagravando o seu valor em 10%; a gratuidade progressiva dos manuais escolares, a interdição do aumento da taxa máxima e mínima das propinas no Ensino Superior; a medida de revisão da base de cálculo das quotizações e contribuições para a Segurança Social dos trabalhadores a recibos verdes, entre outras.

Era possível ir mais longe e havia condições para valorizar as pensões de reforma, como o aumento de 10 euros que propusemos e o PS recusou. Como era possível eliminar já em 2016 as restrições a direitos e rendimentos dos trabalhadores da Administração Pública com as nossas propostas de tributação do grande capital e de reversão das PPP também recusadas.

Tão preocupados com os salários dos trabalhadores, mas nem uma palavra quando confrontados com a lista escandalosa dos ganhos dos administradores das empresas dos principais grupos económicos, alguns com rendimentos que passam 90 vezes o valor do salário médio nacional ou com os escândalos da Banca.

Não foi possível avançar, mas não vamos cruzar os braços, nem deixar de honrar o nosso compromisso. Apesar do alcance ainda limitado das medidas tomadas, elas estão para lá do que os grandes interesses admitiam.

XX Congresso do PCP

Encerramos a 1ª das 3 fases planeadas da sua preparação. Ouvimos os Militantes, registamos as suas preocupações e anseios, que terão eco nas Teses que irão agora ser produzidas na 2ª Fase de preparação. A 3ª Fase terá início em Setembro e servirá para continuar a discutir as Teses e Eleger os Delegados.

Festa do Avante

Este ano, os Temas para a Decoração do espaço do Distrito, serão o Barro Bisalhães e as Jornadas Parlamentares que realizamos recentemente. Continuaremos a tradição de bem servir os visitantes da Festa, com produtos da Região (Carne, Vinhos, Doces, etc)

Eleições Autárquicas

Iniciamos a discussão sobre as mesmas. Concluimos que iríamos concorrer no quadro da CDU a nível Nacional. Procuraremos de agora em diante dinamizar os vários núcleos Concelhios, os quais integram diversos Independentes.

Vila Real, 20 de Junho de 2016

A Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP